

Oliveira, Sílvia & SILVA, Bento (2007). O museu e a escola: que relação? O caso do Museu Agrícola de Entre Douro e Minho. In A. Barca, M. Peralbo, A. Porto, B. Duarte da Silva & Almeida, L. (Eds.). *Actas do IX Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogía*. Corunha: Universidade da Corunha, pp. 2460-2471. (ISSN 1138-1663).



O MUSEU E A ESCOLA: QUE RELAÇÃO? O CASO DO MUSEU AGRÍCOLA DE ENTRE DOURO E MINHO

Sílvia Maria Rodrigues de Oliveira

Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho

silvia.oliveira@draedm.min-agricultura.pt

Bento Duarte Silva

Universidade do Minho

bento@iep.uminho.pt

Resumo

Esta comunicação aborda a relação entre o Museu e a Escola, admitindo-se que há um vasto caminho de cooperação entre estas duas instituições para uma eficaz concretização da função social e educativa. Em Portugal, a relação Museu-Escola vem determinada na Lei-Quadro dos Museus, estabelecendo que devem existir formas regulares de colaboração com o sistema de ensino e que a frequência do público escolar deve ser objecto de cooperação com as escolas, definindo-se actividades educativas específicas. Nesta comunicação pretendemos analisar a relação Museu-Escola, através de um estudo de caso centrado no Museu Agrícola de Entre Douro e Minho, correspondente a uma tipologia de museu de Etnografia e Antropologia, e museu especializado (Agrícola) de âmbito regional. No estudo do Museu com a Comunidade Escolar, utilizámos uma combinação de métodos qualitativos e quantitativos de análise, quer de orientação descritiva quer interpretativa, recorrendo a diversos instrumentos de recolha de dados, como: questionários, entrevistas, documentos, diários de campo e observações. Da discussão dos resultados, podemos concluir que os museus são autênticos recursos educativos cujas potencialidades formativas ainda não estão a ser devidamente aproveitadas, existindo neles “outras formas de educar” complementares às utilizadas nas escolas.

Introdução: contextos de educação

Procurando um enquadramento operacional para educação, Silva (1998), baseando-se na definição que é feita na Licenciatura em Educação (da Universidade do Minho), considera-a como um processo permanente (no tempo), um processo comunitário (no espaço), que implica recursos e relações capazes de proporcionar condições de realização pessoal, social e profissional dos indivíduos e condições de desenvolvimento integrado das populações. Ou seja, a educação começa na infância e prolonga-se por toda a vida. Insiste-se muito, nos dias de hoje, no conceito de educação ao longo da vida, isto porque se concluiu que a educação é essencial ao desenvolvimento do indivíduo e das sociedades. Por este motivo, para além da escola, emergem outros espaços tão essenciais, como sejam os museus, e outras instituições como arquivos e bibliotecas,

associações culturais, operadores turísticos, teatros e cinemas, rádio, televisão e internet, que passaram a assumir uma importância acrescida, dentro do que se entende por educação não formal.

Trilla (1998) é um dos autores que melhor sistematiza o universo educativo, apresentando-o em três esferas de acção: formal, não formal e informal.

A escola simboliza a educação formal, dependente de uma política educacional centralizada, materializada no currículo, por regra determinado a nível nacional, tendo como promotor e fiscalizador do seu cumprimento o respectivo Ministério da Educação. Neste contexto, a educação tem exigências claras para a aquisição de conhecimentos, tendo-se que provar o que se aprendeu. O aprendiz (aluno) é avaliado por classificação, com punições (reprovação) para aqueles que não têm bons resultados. Na sociedade moderna, a educação formal não é uma escolha pessoal voluntária, sendo o educando até determinada fase da vida *obrigado* à frequência, processo que tem como principal objectivo a aquisição de conhecimentos básicos à sua socialização dentro das normas da sociedade em que se encontra inserido e integrado.

Como processo permanente e comunitário, a educação ultrapassa as fronteiras da escola. Como dissemos, Trilla (*idem*), para além da educação formal (escolar), considera os espaços de formação que designa por *não formal e informal*.

A educação *não formal* é constituída por “toda a actividade organizada, sistemática, educativa, realizada fora do sistema oficial, para facilitar determinadas formas de aprendizagem a determinados subgrupos particulares da população, tanto adultos como crianças” (Trilla (1998:30). Ou seja, a educação não formal não tem uma centralização unificada institucionalizada que determina currículos e os fiscaliza. As instituições são, de certa forma, autónomas e procuram não se deixar monopolizar por grupos institucionais, geralmente, identificam-se com as comunidades de origem com que partilhem afinidades culturais. As actividades vão desde a educação para o tempo livre, a animação sócio-cultural, a educação ambiental, a formação cívica e social, a educação patrimonial, até à formação profissional. Abrange várias camadas da população, não estando dirigida a sectores específicos da sociedade, como a idade, sexo e classe social. A adesão aos programas oferecidos é voluntária, implicando por isso um nível maior de motivação. Os conteúdos são diversos e díspares e, tal como os objectivos, podem abordar elementos culturais, artísticos, profissionais e científicos. Não há uma metodologia específica, sendo que os conteúdos, o contexto e os educandos intervêm para determinar em cada caso os métodos e técnicas a utilizar. Por vezes, tratando-se de um público-jovem, esta modalidade assume um papel de complementaridade à aprendizagem efectuada na escola, sendo que “os processos educativos que acontecem fora da escola contribuem para melhorar a sua acção” (*idem*:17).

Temos ainda a esfera da educação *informal*, processo de aprendizagem contínuo e casual que se realiza fora do esquema formal e não formal, e resulta do desenvolvimento de conhecimentos, valores e representações, no decurso da vida dos indivíduos.

Hoje, é geralmente admitido que os museus são considerados instituições de *educação não formal*, embora desempenhem também outras funções. O seu público é vasto, mas em alguns museus o público escolar assume importância crucial, devendo haver, por isso, uma forte complementaridade entre estas duas instituições e contextos educacionais. Tal é o objecto desta comunicação em que se procura focar a relação Museu-Escola.

Objectivos

Esta comunicação é parte de um estudo mais amplo sobre o *Museu como Espaço de Educação e Comunicação*, tomando como objecto de estudo de caso o Museu Agrícola de Entre Douro e Minho (Oliveira, 2006). Aqui vamos limitar-nos a focar alguns dos aspectos da relação *Museu-Escola*, procurando averiguar a proveniência do público escolar, analisar os objectivos da visita ao Museu Agrícola e avaliar a relação do Museu com a Escola.

Fundamentação teórica

Diferente da escola, a educação em museu tem como objecto de trabalho o bem cultural, perseguindo objectivos como a aprendizagem, a informação, a comunicação e a construção de cidadania.

As actividades enquadram-se dentro do campo de educação não formal, com a existência de visitantes ocasionais, cuja aprendizagem, de forma não estruturada, espontânea e personalizada, se materializa através da fruição dos objectos e de participação em experiências interactivas, como conferências, demonstrações, oficinas de experimentos, visualização de filmes e uso de multimédia.

Esta dimensão educativa pode ser ampliada, potenciada e orientada. Isto acontece nos museus que têm um serviço educativo organizado com uma actuação de educação não formal. Exemplo disso são as visitas guiadas de grupos escolares que seguem um itinerário pré-determinado com explicações de um guia ou animador pedagógico, realizam actividades sugeridas e respondem a questionários sobre o que viram no museu.

Segundo Trilla (1998), as actividades educativas dentro de um museu são variadas e permitem a formação do indivíduo como sujeito histórico-social que analisa, constrói e reconstrói a partir dos objectos que observa, contemplando: a selecção, ordenação e apresentação dos objectos musealizados; os programas itinerantes e as actividades relacionadas com o conteúdo do museu, como os ateliês, e as oficinas; a elaboração de materiais didácticos, como textos, jogos, malas pedagógicas, software audiovisual e informático; a investigação científica nas temáticas específicas de cada museu; a organização de actividades de divulgação científica, artística e cultural, como por exemplo as conferências; as exposições itinerantes para levar o património museológico a lugares e populações distantes dos grandes núcleos culturais; a colaboração com outras instituições educativas não formais (instituições sócio-culturais, centros de terceira idade, etc.); o contributo para a formação inicial e contínua de professores e formadores.

Também o impacto das tecnologias multimédia nos museus é apontado pela flexibilidade de uso e de potencialidade. Cada vez é mais frequente encontrar computadores e vídeos interactivos, integrando sistemas hipermédia que permitem organizar grandes quantidades de informação de forma relacional. A estrutura destes sistemas em rede, com *nós* de informação que podem estar associados a outros *nós*, permite que o utilizador possa interagir com a informação, podendo escolher o seu próprio percurso de visita.

O museu também gera efeitos educativos *informais* através da curiosidade, da observação e da actividade de especulação. Para Trilla (1998: 121) “o museu difunde cultura, conhecimentos sobre o homem, satisfaz a curiosidade, cria atitudes de respeito e de valorização de produtos que merecem ser valorizados e, independentemente do seu próprio conteúdo, incide em geral na formação do bom gosto, da harmonia, da ordem, etc”. A educação informal assegurada pela instituição museal é desejada e procurada voluntariamente pelo interessado e processa-se de forma menos sistemática, em qualquer altura da vida do indivíduo e em vários lugares e circunstâncias.

A perspectiva educacional dos museus

Para Hooper-Greenhill (1991), a acção educativa museológica, para além de ser permanente e de estudar assuntos relativos à especificidade do museu, deve criar situações que provoquem a reflexão e desenvolvimento dos sujeitos envolvidos, possibilitando-lhes a participação como autores intervenientes do processo. Neste contexto, o museu desempenha a função educacional de uma maneira que lhe é própria, de acordo com os seus recursos humanos e materiais, colecções, prioridades e procura externa e que vão desde a obtenção de recursos, a divisão de responsabilidades, até à definição dos conceitos educacionais a utilizar.

No início do século XIX, um dos objectivos que esteve na origem da fundação do museu era o da *auto-aprendizagem* feita pela população que não tinha tido a oportunidade de educação escolar. Segundo Hooper-Greenhill (1991), os museus eram fundamentalmente instituições educacionais, abertas a todos os que não tinham tido acesso à educação escolar, de modo a possibilitar-lhes formas de auto-aprendizagem.

Em meados do século XX, os museus reforçam a auto-aprendizagem, aparecendo pela primeira vez como espaços públicos, com formas recreativas de educação, concebidos basicamente para a classe operária, desempenhando um papel importante na preparação de programas de educação que envolviam: regras de saúde, higiene básica, preparação de alimentos e formas de solucionar problemas (idem).

A partir da 2ª Guerra Mundial, o museu assume a sua acção educativa e coloca-se ao serviço da comunidade. Em 1958, realiza-se no Rio de Janeiro um Seminário Regional da UNESCO sobre a *Função Educativa dos Museus*. Este Seminário teve como ponto base de reflexão a função que deveria cumprir o museu como meio educativo na sociedade. Entre outras questões, foi salientada a função educativa dos museus, entendendo-se que o museu pode trazer muitos benefícios à educação.

Na década de 60, os museus começam a entender a “educação” como um “*trabalho com as escolas*”, ligando a ideia de museu a um espaço de educação para a cidadania. A preparação para a vida e a preocupação com a

formação podia e devia ser da responsabilidade do museu, tal como era da escola, sendo a cooperação entre o museu e a escola um óptimo caminho para uma eficaz concretização da função social do museu.

A educação no museu converte-se em assunto de reflexão, estudo e investigação para profissionais do museu. Passou-se de uma política centrada no objecto, sua aquisição, conservação, para uma política centrada no público, onde a compreensão da exposição é feita através de critérios didácticos e não unicamente estéticos.

Os próprios educadores procuram as instituições museológicas como uma extensão da escola. Surgem, por isso, sectores educativos nos museus, com monitores especializados na elaboração de material didáctico e visitas guiadas, adequando as acções educativas e culturais ao padrão museológico. São assim criados os Serviços Educativos de Museus que se constituem como esteio e suporte basilar da comunicação com o público.

Na década de 70 surgem, igualmente, no Reino Unido, à semelhança do EUA, os Museus Itinerantes, especialmente concebidos para trabalhar com as escolas, em zonas do país de interior ou em zonas periféricas das cidades. Este tipo de serviços tem, segundo Hooper-Greenhill (1991), os seguintes objectivos: relacionar o ensino com os indivíduos e com a sua experiência pessoal; compreender a educação como uma actividade activa e não passiva; ensinar de forma interdisciplinar; relacionar os museus com as crescentes formas de lazer.

Desde os anos 80 que os museus têm a preocupação com a figura de educador de museu, ainda hoje motivo de discussão quando se questiona a reestruturação das carreiras no quadro profissional dos museus, isto porque estão ainda por definir as questões ligadas à contratação destes profissionais e à sua formação. Para Faria (2000), estes profissionais devem ser técnicos superiores de comunicação e divulgação, competindo-lhes assegurar o estudo e a prática do contacto com os públicos, a investigação nos seus domínios específicos e participar na selecção dos meios e suportes mais convenientes para a divulgação global das colecções, na dinamização das acções do museu e na respectiva planificação em conjunto com o restante corpo técnico do museu. Para Hooper-Greenhill (1991), o educador de museu, além de dever conhecer a matéria relacionada com as colecções e ou objectos e a própria instituição museológica na qual exerce funções, deverá igualmente saber comunicar, dominar as técnicas pedagógicas e didácticas, possuir conhecimentos de relações humanas e ainda conhecer os tipos de público a que tem que dirigir-se e para cuja educação deverá contribuir, com a maior eficiência e qualidade possíveis.

Na década de 90, a linha de pensamento europeu preconizava a contribuição do museu na educação (Relatório de Estágio Internacional da UNESCO). Os museus tendem a tornar-se em centros activos de educação, a funcionar como instrumentos educativos extra-curriculares, como se fossem um prolongamento da escola. Assim, a criação de programas educativos deve ser efectuada em ligação com a escola, contribuindo de forma determinante para que os museus cumpram efectivamente a sua função social e educativa. Segundo Faria (2000), a colaboração entre escola e o museu contribuirá para uma maior eficácia

da função social do museu e para o reforço de um sentido comum que lhes permita enfrentar, adaptar e desafiar novos fenómenos sociais e culturais ligados à produção e consumo de formas complementares de conhecimento.

Em Portugal, a relação museu-escola está inscrita na Lei-Quadro dos Museus, Lei nº 47/2004 de 12 de Março, estabelecendo no seu artigo 43º que:

1 - O museu estabelece formas regulares de colaboração e de articulação institucional com o sistema de ensino no quadro das acções de cooperação geral estabelecidas pelo Ministério da Educação, da Ciência e do Ensino Superior e da Cultura, podendo promover também autonomamente a participação e frequência dos jovens nas suas actividades.

2 - A frequência do público escolar deve ser objecto de cooperação com as escolas em que se definam actividades educativas específicas e se estabeleçam os instrumentos de avaliação da receptividade dos alunos.

Metodologia

Para a investigação, optámos pelo formato metodológico “Estudo de Caso” por ser um dos métodos que melhor se adequava à compreensão holística do funcionamento da organização museológica, nos seus contextos regulares e irregulares de acção, situada num território específico, o Entre Douro e Minho e, sob uma temática singular, a agricultura. Parte do estudo da relação do Museu com a comunidade escolar recaiu numa combinação de métodos qualitativos e quantitativos de análise, quer de orientação descritiva, quer interpretativa.

Como fontes de dados utilizámos as que se consideram típicas de um “Estudo de Caso” (Yin, 1994; Bodgan & Biklen, 1994): os documentos, as observações directas, os registos, os questionários e as entrevistas. Para os dados qualitativos usamos um “diário de campo” e para os dados quantitativos optou-se pela criação de inquéritos por questionário, técnica de síntese, passível de ser aplicada à temática e capaz de evidenciar as opiniões dos inquiridos sobre o objecto de estudo. Criámos dois questionários: um dirigido a professores integrados nas visitas de estudo e um outro dirigido a uma amostra de dez Agrupamentos Horizontais e dez Escolas Secundárias, escolhidos aleatoriamente por toda a Região de Entre Douro e Minho.

Os questionários, concebidos especialmente para o efeito, resultaram de um trabalho sistemático que tomou em linha de conta os recursos disponíveis no Museu e as necessidades que se afiguraram prioritárias para o conhecimento básico acerca da opinião e expectativas do público escolar real e potencial do Museu Agrícola. Estes questionários tiveram como objectivos definir a proveniência do público, analisar os objectivos da visita ao Museu Agrícola, avaliar se existe opinião sobre o Museu e avaliar a relação do Museu com a escola.

Resultados

Vamos cingir a apresentação dos resultados da relação Museu-Escola a três aspectos: contextualização do Museu, fruto de análise documental e de entrevistas; síntese dos resultados dos inquéritos junto do público escolar (alunos e professores); e roteiro de uma visita escolar ao museu.

Breve contextualização do Museu Agrícola de Entre Douro e Minho

O Museu Agrícola está enquadrado na região de Entre Douro e Minho, localizado na freguesia de Vairão, Vila do Conde, na “Quinta de Castro”, pertence à Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho, corresponde a uma tipologia de museu de Etnografia e Antropologia, e museu especializado (agrícola) de âmbito regional (Araújo, 1984).



Fachada de entrada do Museu Agrícola de Entre Douro e Minho

A casa de lavoura, senhorial e típica da região, onde está circunscrito o Museu, juntamente com o conjunto de edifícios que integram o complexo agrícola são elementos museográficos de grande valor e representatividade da Região. As suas colecções pretendem evidenciar a actividade agrícola nas suas dimensões funcional e histórica.

Desde 1989 (ano de inauguração), até aos dias de hoje, o Museu Agrícola tem desenvolvido as suas actividades entre a manutenção do edifício e das suas colecções, a reestruturação das exposições e as visitas guiadas, prestando apoio a visitas escolares, através dos seus Serviços de Educação e de um programa didáctico que relaciona directa e funcionalmente a actividade agrícola da região com as colecções e actividades oferecidas.

As colecções do Museu Agrícola, pretendem evidenciar a actividade agrícola nas suas dimensões funcional e histórica, sustentado por um alargado grupo de alfaias e construções, agrupando-se nas seguintes temáticas: “O Vinho e a Vinha”, “O Leite e os Lacticínios”, “O Milho”, “Jugos e Cangas”, “Evolução da Alfaia Agrícola ao Longo os Tempos”, “O Linho” e os “Audiovisuais ao serviço da Agricultura”, sendo o seu acervo constituído por recolhas sistemáticas que decorreram durante os anos 80 e 90, por toda a região de Entre Douro e Minho.

Do mesmo modo, as Exposições Temporárias e/ou Itinerantes pretendem ser um complemento do mesmo programa inicial do museu e contribuir para o desenvolvimento de conteúdos funcionais relacionados com a actividade agrícola e com a vida rural.

Resultados dos questionários

Através da análise dos dados recolhidos e tratados dos questionários, encontramos evidência empírica das potencialidades museológicas e sócio-educativas do Museu Agrícola.

Nos dados provenientes dos questionários, que transmitem a opinião da comunidade escolar, concluímos que o Museu Agrícola recebe anualmente cerca de 3.000 visitantes, e que os grupos de visitantes são, quase todos, provenientes de Escolas do Ensino Básico e do Ensino Secundário. O 1º ciclo do Ensino Básico é o nível de ensino que mais procura o Museu (61%), seguindo-se os alunos provenientes do Ensino Secundário (18%) das Escolas do 2º e 3º ciclos do Ensino Básico (16%) e, por último, os alunos provenientes de Escolas de Formação Profissional (5%).

As visitas Guiadas escolares realizam-se durante o período de funcionamento do Museu (dias úteis das 9.00h às 12.30h e das 14.00h às 17.30h), mediante marcação prévia. O número máximo de alunos por visita situa-se entre os 75 alunos.

Apuramos, também, que o pico de visitas ao Museu é no período que medeia a Páscoa e o final do ano lectivo (meses de Março, Abril e Maio), o número de visitas, nesse período, é em média de 2 grupos por dia (manhã/tarde), com 25/28 visitantes cada, ou seja, 285 visitantes por semana, cerca de 1.138 visitantes por mês. Nos restantes 9 meses do ano o Museu recebe em média 225 visitantes por mês, ou seja 56 visitantes por semana ou 12 visitantes por dia, mas raras são as semanas que têm visitas diárias, sendo as visitas efectuadas também, neste período do ano, por grupos de cerca de 25/28 visitantes, o que equivale a uma turma.

A totalidade de visitantes, conforme apurámos nos dois questionários lançados, planeou com antecedência a visita ao Museu, tendo para isso pedido informação escrita e utilizado o *website* do Museu, como formas de apoio, sendo a marcação da visita, maioritariamente, feita pelo telefone.

Os professores questionados, tanto no Museu como fora dele, afirmaram ter recebido documentação durante a visita de estudo, constituída por programas de visita, publicações, catálogos, brochuras e desdobráveis e acrescentam, ainda, que essa documentação foi importante para a visita ao Museu.

Relativamente às actividades decorrentes no momento da visita, os visitantes afirmam que elas existiram, mencionando a oferta de exposições permanentes e temporárias, os jogos didácticos e o cinema.

É ainda de salientar que a quase totalidade dos inquiridos entendeu as exposições e os serviços prestados pelo Museu bons e suficientes para os objectivos da sua visita.

Dos alunos em visita a este Museu foi transmitido pelos seus professores acompanhantes que mantiveram um comportamento interessado, activo e participativo perante tudo quanto tiveram que viver na passagem pelo Museu.

Dos dados recolhidos e analisados foi-nos permitido concluir que as dificuldades apontadas à visita ao Museu centram-se em aspectos relativos aos horários das visitas e aos transportes de acesso. E que a principal motivação de visita a museus está relacionada com a cultura em geral e com as visitas no âmbito escolar.

Os professores inquiridos enfatizam o hábito escolar de visita aos museus, o que nos leva a reflectir que é cada vez mais importante o estreitamento de laços entre estas duas instituições.

Ainda sobre o Museu Agrícola foi-nos afirmado, pelos inquiridos, que o mesmo consegue despertar interesse e motivação para a Agricultura e Ambiente, isto porque é através da abordagem das temáticas agrícolas passadas que se pode reavivar práticas e vivências desaparecidas e em desuso, e se pode colocar o mundo rural e urbano em diálogo. Para aumentar este interesse, os inquiridos apontam um maior tempo de visita e um maior número de actividades no âmbito da agricultura e ambiente.

Foi-nos possível constatar que a observação directa dos objectos e o seu próprio manuseamento constituem uma mais-valia pedagógica, oferecida pelos museus, que poderá servir de antídoto a um ensino-aprendizagem, por vezes, ainda muito abstracto.

Da opinião dos inquiridos, sobre os aspectos positivos e negativos do Museu, aquando a visita efectuada, constata-se que a casa de lavoura, o acolhimento feito, o horto de plantas aromáticas e medicinais, o tema da agricultura e os objectos expostos, são os aspectos que mais agradaram. Por outro lado, as actividades, o tempo da visita, a organização da visita, a visita guiada e os objectos expostos, os aspectos que menos agradaram. De seguida, descrevemos o roteiro de uma visita que acompanhámos no âmbito deste estudo.

Roteiro de uma visita escolar ao Museu Agrícola

A visita iniciou-se pela “*Sala do Leite*”, mostrando-se aos visitantes o processo de produção de leite e confecção de queijo. Nesta ala, os visitantes tiveram, ainda, a oportunidade de conhecer alguns instrumentos antigos, como os baldes de ordenha, as bilhas, coadores, entre outros.

Na “*Casa da Eira*” foram referidas algumas particularidades da cozinha rural de antigamente, e também as máquinas para debulhar e semear, utilizadas no início do século XX. Os visitantes puderam ver balanças antigas, ao mesmo tempo que lhes era explicado o processo de cálculo do peso. Conheceram o celeiro e a sua finalidade, bem como a utilização que se faz da “*Eira*”.



A Visita Guiada

Numa outra parte da Quinta puderam ver os tanques, ao mesmo tempo que lhes era explicado a sua função: regar campos e dar de beber aos animais. O tanque mais pequeno, inserido no grande, servia para lavar a roupa e demolhar o tremço.

Noutro edifício da quinta, foi-lhes mostrado as diversas “*Alfaias Agrícolas*”, muitas delas manuais e de tracção animal, como a charrua, o ancinho, o malho, o carro de bois, e os jugos colocados nos bois. Tiveram a oportunidade de tirar fotografias junto de tractores do início do século XX e de um coche do século XIX.

Na “*Sala do Linho*” assistiram a uma projecção de *slides* alusivos ao processo de semear, colher, tratar e fiar o linho. Depois fizeram o reconhecimento dos diversos instrumentos utilizados para fiar o linho e fazer peças de vestuário, como os teares.

Ficaram a conhecer a “*Horto de Plantas Aromáticas e Mediciniais*”, procedendo-se a uma explicação das suas qualidades e propriedades, falando-se do seu uso culinário e medicinal. Foi entregue a cada um dos visitantes um exemplar de cada planta para ser por eles enraizada: salva, alecrim, hortelã, tomilho-limão, tomilho vera-cruz, salsa, agrião, fruncho, cidreira, aipo, leituga, absinto, amora, alfazema, jasmim, menta, pepino S. Gregório, pepino, louro e tomate de capuz.

Para finalizar a visita, foi explicado o processo de criação do “*Bicho-da-Seda*”, e foram mostradas fotografias das diferentes fases do seu desenvolvimento.

Considerações finais

Hoje, os museus de *todos* (Lira, 2000) parecem encontrar-se numa crise de identidade que se relaciona directamente com a sua gradual transformação de espaços reservados e elitistas em espaços públicos de entretenimento e lazer. Assistimos à passagem da “elite” ao “cliente” do museu, a visão elitista para minorias deu lugar a uma estrutura aberta a toda a sociedade onde a educação e formação ganham importância. Desta

feita, os frequentadores do museu são múltiplos e variados: desde o investigador que aí se dirige para estudar/analisar, a escolas dos vários níveis de ensino, grupos turísticos, comunicação social, associações de profissionais ao visitante individual que paga a sua entrada para ver colecções.

É natural, por isso, que qualquer museu procure conhecer e distinguir os perfis dos seus “*clientes*” de forma a poder cumprir a sua função primordial: adquirir, conservar e expor para fins de estudo, educação e lazer, evidências materiais do homem e do seu meio ambiente.

Relativamente ao Museu Agrícola de Entre Douro e Minho constatamos que o seu público é constituído em larga maioria pelas visitas escolares (alunos, acompanhados por professores). Muito embora o contexto educacional de um museu assente na educação não-formal, dada a tipologia do público do museu em apreço, entendemos que aqui deveria haver uma mais e melhor cooperação, extensão e parceria com a escola e com o ensino formal. Também os objectivos do museu deveriam reflectir de forma clara e precisa a globalidade das funções museológicas (investigação, documentação, conservação, comunicação, educação e divulgação), estabelecendo uma estreita relação com a comunidade educativa e escolar.

Em conclusão, este estudo mostrou que o Museu Agrícola de Entre Douro e Minho constitui um potencial pedagógico, contendo mais-valias formativas que ainda estão longe de estar a ser devidamente aproveitadas, seja como fonte de conhecimentos, instrumento de aprendizagem, espaço de comunicação, animação comunitária e como campo privilegiado da educação ambiental. O Museu deve, por isso, servir de fonte de formação para as escolas e sociedade geral, através da prestação de serviços educativos e do estreitamento de laços institucionais. Fora da Escola, existem “outras formas de educar” que interessa explorar.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Ilídio (1984). *Plano de Instalação do Museu Agrícola de Entre Douro e Minho*, Braga: Divisão de Informação e Documentação da Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho.
- BOGDAN, Robert & BIKLEN, Sari (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*. Uma Introdução à Teoria e aos Métodos. Porto: Porto Editora.
- BOYLAN, Patrick (1992). *Museums 2000. Politics, people, professionals and profit*. London: Patrick Boylan.
- CABRAL, Magaly (2002). *Educação em Museus como produto: Quem está comprando?* Conferência de Nairobi. Boletim CECA, Brasil, nº 1.
- FARIA, Margarida Lima (2000). Educação-Museus-Educação. Instituto de Inovação Educacional. Ministério da Educação. www.iie.min-edu.pt/proj/arte/museus/apresentacao.htm.
- FONTES, Patrícia (1997). O Museu a Escola e a Comunidade. *Cadernos Encontro 2, Encontros Workshop, VII^{as} Jornadas sobre a Função Social do Museu*. Braga: Centro de Estudos da Criança, IEC – Universidade do Minho.

- FONTES, Patrícia (2000). O Museu a Escola e a Comunidade. *Cadernos Encontro 3, Encontros Workshop*. Braga: Centro de Estudos da Criança, IEC – Universidade do Minho.
- GHIGLIONE, Rodolphe e MATALON, Benjamim (1992). *O Inquérito (Teoria e Prática)*. Oeiras: Celta Editora.
- HOOPER-GREENHILL, Eilean (1991). *Museums and Gallery Education, Leicester Museums Studies*, Leicester: University Press.
- YIN, Robert (1994). *Case Study Research. Design and Methods*, Thousand Waks: Sage.
- KETELE, Jean-Marie & Roegiers, Xavier. (1999). *Metodologia da Recolha de Dados*. Lisboa: Instituto Piaget.
- LIRA, Sérgio (2000). *Do museu de elite ao museu para todos: públicos e acessibilidades em alguns dos museus portugueses*. Porto: APOM.
- OLIVEIRA, S. (2006). *O Museu como Espaço de Educação e Comunicação: o estudo do caso sobre a Museu Agrícola de Entre-Douro-e-Minho*. Braga: Universidade do Minho (tese de mestrado).
- RAMOS, Pedro (1993) *Breve História do Museu em Portugal*, in Rocha-Trindade, Maria Beatriz (coord.) *Iniciação à Museologia*, Lisboa: Universidade Aberta.
- STUART, Denise (2002). *Educação em Museus: Produto ou processo?* Conferência de Nairobi. Boletim CECA, Brasil, nº 1.
- SILVA, B. (1998). *Educação e Comunicação*. Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia da Universidade do Minho.
- TRILLA, Jaime (1998). *La Educación Fuera de la Escuela: ámbitos no formales y educación social*. Barcelona: Editorial Ariel Educación.